

**XI Encontro ABCP**

**Democracia e Representação: Impasses contemporâneos**

Curitiba - Universidade Federal do Paraná

31 de julho a 3 de agosto de 2018

**COMPORTAMENTO POLÍTICO**

**Congruência entre as preferências dos eleitores e as preferências dos  
representantes: uma revisão da literatura**

Tábata Christie Freitas Moreira (UFMG)

**Resumo:** Tendo como ponto de partida a revisão da literatura sobre representação política, o presente artigo propõe contextualizar os estudos sobre congruência, os quais têm como objetivo analisar o grau de correspondência entre preferências de eleitores e de governantes no que tange ao espectro ideológico e/ou entre preferências de eleitores e políticas efetivamente implementadas. A concepção central que norteia esse estudo é a de que em um sistema democrático espera-se que representantes e/ou partidos cumpram o processo de responsividade no que tange às preferências dos cidadãos expressas, inicialmente, no período eleitoral. (O'DONNEL, 1998; CARREIRÃO, 2015).

**Palavras-chave:** Representação; Opinião pública; Congruência e política pública; Congruência ideológica.

## 1. Introdução

A ênfase desse artigo incide nos princípios da representação (PITKIN, 1965), que têm como ponto de partida o reconhecimento das preferências políticas dos cidadãos expressas, principalmente, mas não exclusivamente, por meio do voto resultante de eleições limpas e institucionalizadas, assim como, a conversão dessas preferências em políticas públicas e leis. (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006). Balizados por tal premissa, o presente trabalho pretende contribuir com o debate sobre representação a partir dos estudos sobre congruência entre as preferências dos eleitores e as preferências dos representantes no que tange ao espectro ideológico, assim como, no que se refere as políticas públicas efetivadas.

Diante do exposto, evidencia-se a estrutura desse trabalho. A primeira seção consiste na própria introdução; a segunda versou sobre o debate teórico normativo referente à concepção de representação a partir da obra Pitkin (1965), intitulada "*The concept of representation*". Ainda nessa seção, foram contemplados um conjunto de questões que tangenciam os estudos sobre representação, a saber, responsividade, *accountability* e congruência.

Na terceira seção, objetivou-se mapear os estudos que têm como proposta analisar a congruência entre às preferências dos eleitores em relação as políticas públicas efetivamente aprovadas no processo decisório. Na quarta seção foram apresentadas as principais abordagens teórica e analítica sobre a congruência ideológica. Também buscou-se discutir de maneira substantiva alguns aspectos que diferenciam os estudos que propõem medir os vínculos representativos. Por fim, na última seção tecemos algumas considerações sobre os desafios de analisar a congruência no caso brasileiro, bem como pontuamos alguns possíveis caminhos.

## 2. Representação: um conceito multidimensional

Um dos elementos definidores do conceito de representação é o seu caráter multidimensional (MARTÍNEZ, 2004). Essa afirmativa justifica-se na medida em que, nas palavras de Pitkin (1965), “a representação é, em grande medida, um fenômeno cultural e político, um fenômeno humano” (p.16). É a partir dessa ideia que dissertaremos sobre o conceito de representação. Para tanto, teremos como subsídio teórico a obra de Pitkin (1965), a saber, “*The concept of representation.*” Ao longo do texto pretende-se contemplar outros autores que de alguma forma dialogam com a autora, seja reafirmando seu argumento, complementando-o, ou apresentando outras abordagens sobre representação.

Embora seu interesse fosse a representação política, Pitkin (2006) descreve o desenvolvimento etimológico do termo representar, contudo, não cabe ao escopo deste trabalho. Assim sendo, elucidaremos as tipologias de representação elaboradas pela autora, a saber, a representação como autorização, representação como responsabilidade, representação descritiva, representação simbólica e representação como atuação substantiva (PITKIN, 1965).

A representação como autorização tem sua origem na obra de Hobbes (1651) o *Leviathan*. Para Pitkin (1967) esse foi “o primeiro exame da ideia de representação na teoria política” (p. 28). Segundo a autora, a representação para Hobbes (1651) se constitui na medida em que uma multidão de indivíduos outorga ao soberano o direito de representá-los. Na perspectiva hobbesiana, ao ser autorizado o representante obtém novos direitos e privilégios, já os representados adquirem apenas o dever de consentir com os feitos dos seus soberanos, garantindo dessa maneira a união do corpo político.

Diferente da abordagem acima, em que os representantes não consideravam os interesses dos representados, tampouco se responsabilizavam pelo povo (PITKIN, 1965), na representação como responsabilidade os representantes devem prestar contas (*accountability*) de suas decisões para os representados, no caso os eleitores. Apesar de evidenciar o processo pelo qual os representantes prestarão contas de suas ações frente aos cidadãos, Pitkin (1965) não argumenta sobre a maneira com que esses devem atuar. Entretanto, fica evidente que os representantes podem não agir segundo os desejos dos eleitores, assim sendo, caberá aos eleitores decidir, no momento da eleição, eleger ou não o mesmo candidato (PITKIN, 1965; MARTÍNEZ, 2004).

Na representação descritiva a ênfase recai sobre a ideia de que “os representantes substituem os representados em virtude da correspondência ou semelhança que existe entre ambos, bem em termos de classe, etnia ou gênero” (PITKIN, 1965, p.67). Para Martínez (2004), nessa perspectiva a representação não está

associada à concessão de autoridade ao soberano, muito menos a prestação de contas por parte daqueles que foram eleitos, mas ao nível de equivalência entre os valores e os interesses dos representantes e dos representados.

Já a representação simbólica se constitui a partir da crença de que o representante tanto simboliza o povo, quanto traduz seus interesses. Esse processo, segundo Martínez (2004), também é caracterizado pelo desenvolvimento de um conjunto de valores e atitudes que implicam na estabilidade, desempenho e legitimidade do regime político. Para Almod e Verba (1963), Norris (1999) e Putnam (1996), a legitimidade no regime democrático está associada a “crença dos cidadãos de que a política democrática e as instituições da democracia representativa constituem a mais apropriada (na verdade, a única aceitável) estrutura de governo”. (GHUNTER; MONTEIRO, 2003, p. 6).

A representação como atuação substantiva é compreendida por Martínez (2004), como uma variável dependente do funcionamento da dimensão da receptividade ou responsividade (OTERO-FELIPE, 2011), representatividade e *accountability*. Para Pitkin (1965) a receptividade supõe que as políticas e os programas eleitorais dos representantes serão sensíveis à opinião e aos desejos dos cidadãos, assim sendo, “*un gobierno demostrará su receptividad si pone en marcha las medidas consideradas como óptimas por los ciudadanos*”<sup>1</sup> (MARTÍNEZ, 2004, p.674).

Conforme Pitkin (1965), a receptividade resulta do vínculo criado entre os representantes e os representados construído a partir do momento em que os políticos tornam manifesto os seus programas eleitorais, os quais serão ou não eleitos pelos eleitores. Os programas eleitorais são compreendidos por Martínez (2004) como um contrato social na medida em que ao serem escolhidos pelos cidadãos, os representantes são condicionados a exercer seu mandato segundo a agenda programática eleita. Essa forma de proceder é compreendida como uma atitude de receptividade frente os eleitores (MARTÍNEZ, 2004).

Outro fator considerado por Pitkin (1965) ao analisar a representação como atuação substantiva foi o mecanismo de *accountability*. Esse mecanismo pressupõe, tanto a responsabilização dos representantes, quanto a prestação de contas desses frente aos seus eleitores. Nesse cenário os representantes podem ser premiados com a reeleição ou castigados com a vitória de outro candidato. O desfecho depende, sobretudo, da avaliação dos eleitores no que tange a atuação dos políticos/partidos eleitos.

---

<sup>1</sup> Tradução: Um governo demonstra receptividade quando coloca em prática as medidas consideradas como ótimas pelos cidadãos.

A concepção de representação como atuação substantiva torna evidente algumas questões substanciais. Um representante deve fazer o que seus eleitores querem ou o que ele acha melhor em termos de responsividade? (PITKIN, 2006) Qual a capacidade de os representantes agirem de forma congruente com as preferências dos cidadãos? Como manter o controle sobre os governantes tendo em vista que ao ganhar uma eleição os mesmos podem não agir em favor dos interesses dos seus eleitores, mas segundo objetivos e valores próprios? (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006).

## **2.1 Representação, responsividade e *accountability*: questões paradoxais**

A representação é uma situação na qual as políticas adotadas pelos representantes eleitos pelos cidadãos são correspondentes às plataformas eleitorais e essas políticas são as desejadas pelos eleitores (PITKIN, 1965; PRZEWORSKI, 1998). Esse processo efetiva-se, segundo Przeworski (1998), em três circunstâncias, a saber, quando os objetivos e interesses dos políticos e dos eleitores se coincidem, quando os políticos, ávidos por se reelegerem, “agem no interesse dos representados, de uma maneira responsiva a eles” (PITKIN, 1965, p. 209) e, por fim, quando os políticos estão preocupados com a credibilidade de suas futuras promessas.

Entretanto, Przeworski (1998), Manin, Przeworski e Stokes (2006) evidenciam que, uma vez eleitos, os representantes podem encontrar incentivos para desviarem-se do que foi proposto durante a campanha eleitoral em favor de interesses próprios ou a outros interesses públicos que diferem daqueles dos cidadãos, deixando assim de representar aqueles que o elegeram. Caso os políticos procedam dessa maneira, o controle exercido pelos eleitores, *accountability*, será limitado na medida em que os mesmos não têm acesso às informações sobre as intenções dos políticos e, tampouco, se a concretização dessas foram as melhores em determinadas circunstâncias. (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006, p. 107).

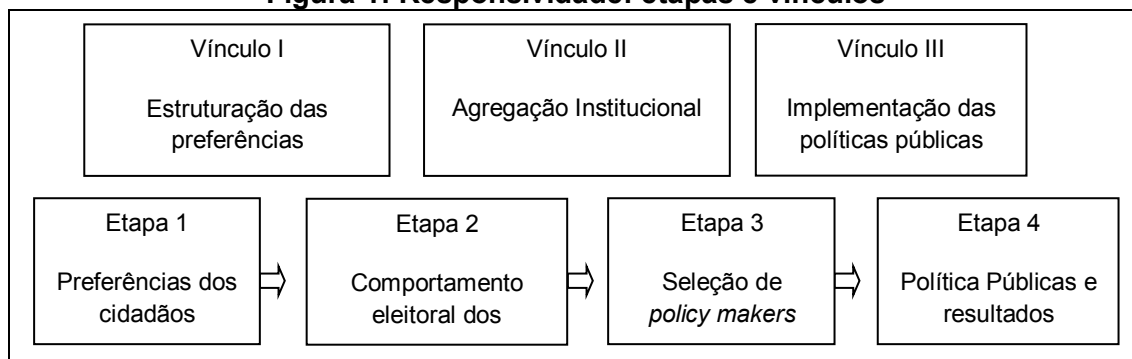
É nesse contexto que Sartori (1999) evidencia que o processo de representação é marcado por certa perversidade, haja vista que em certas conjunturas, as condições pelas quais os políticos foram eleitos podem mudar e assim a implantação do mandato deixa de ser a melhor opção para os eleitores. Para o autor, um governo que cede exclusivamente as demandas dos eleitores, ou nas palavras de Pitkin (1965) que maximiza a receptividade, se converte em um governo irresponsável, isto é, destituído de responsividade. (POWELL, 2003).

Para Powell (2003) a responsividade é definida por processo dinâmico, o qual é caracterizado por uma cadeia causal que contempla as diferentes etapas da

representação, isto é, o reconhecimento das preferências dos cidadãos por meio do voto, da legitimidade do resultado das eleições, da seleção de *police maker*, da formulação de políticas públicas e da prestação de contas por parte dos representantes.

Esse modelo é ilustrado pela seguinte figura:

**Figura 1: Responsividade: etapas e vínculos**



**Fonte: Powell (2004). Tradução própria.**

A concepção de responsividade parece limitar-se aos resultados oferecidos pelo sistema democrático, sendo esses os pretendidos por seus cidadãos (IPEA, 2010). Contudo, tal conceito tangencia outras questões: Como os eleitores discernirão se os governantes estão agindo em prol de seus interesses, se os eleitores não têm conhecimento sobre o que precisariam saber para avaliar os governos? (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006). Qual a capacidade de resposta das instituições democráticas? (POWELL, 2003).

Dada a assimetria informacional “os eleitores não sabem tudo que precisariam saber, tanto para decidir prospectivamente o que os políticos deveriam fazer, quanto para julgar retrospectivamente se eles fizeram o que deveriam ter feito” (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006, p. 106). Dito isso, a avaliação dos mesmos restringe-se as eleições, período em que os representantes são controláveis mediante a prestação de contas.

Segundo Smulovitz e Perruzzotti (2000a) as eleições são as instituições centrais para concretizar o controle vertical. Assim sendo, por meio do voto os eleitores avaliam a responsividade de seus representantes no que tange aos resultados ofertados, tais como a formulação de políticas públicas, e, por conseguinte, recompensam-no por meio da reeleição ou punem-no por meio da escolha de outros candidatos/partidos. (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 1999).

Ainda sobre o voto, O'Donnell (2004), tece as seguintes considerações:

Los gobiernos toman miles de decisiones que afectan el bienestar individual; los ciudadanos(as) tienen sólo un instrumento para controlar estas decisiones: el voto. No es posible controlar mil objetivos con un solo instrumento. Es, precisamente, la intuición y la experiencia de las deficiencias de la *accountability* electoral lo que ha invitado en todos los países más o menos democratizados a la adición de otros tipos de *accountability*, vertical y horizontal (p.24)<sup>2</sup>

Essa limitação do *accountability* vertical eleitoral (O'DONNELL, 2004) justifica-se também pela falta de controle por parte dos cidadãos no que tange a orientação do seu voto, já que, dada a descentralização das ações dos governantes/partidos, não há como determinar se certos resultados tenderiam em um sentido prospectivo ou retrospectivo (SMULOVITZ; PERRUZZOTTI, 2000a). Nesse escopo, Powell (2003) explana que a variação no desenho institucional e as regras de eleição majoritária e proporcional influenciam o potencial de responsabilização eleitoral, uma vez que o princípio majoritário pressupõe a concentração de poder em poucos agentes. Isso facilita tanto o controle por parte dos cidadãos, quanto a clareza de responsabilidades no que se refere às decisões tomadas pelos governantes.

Diante da complexa relação existente entre a representação e o processo de responsividade, Powell (2003) afirma que a capacidade de resposta dos representantes é um elemento importante para a qualidade democrática. Assim sendo, nas palavras de Manin, Przeworski e Stokes (2006) faz-se necessário reformar e inovar o aparato institucional para que haja “instituições eleitorais que aumentem a transparência da responsabilidade e facilitem para os cidadãos recompensar ou punir os responsáveis.” (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006, p. 134).

## **2.2 A representação política através do estudo da congruência**

Tal como evidenciado, é notório na literatura a extensão do debate teórico-normativo e empírico sobre representação (PITKIN, 1965; MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006). A análise da “congruência política” é uma das possíveis abordagens para mensurar o grau e a qualidade da representação e, sobretudo, da democracia. A concepção que norteia e justifica tal enfoque é a de que em um sistema democrático espera-se que representantes e/ou partidos cumpram o processo de responsividade no

---

<sup>2</sup> Tradução: “Os governos tomam muitas decisões que afetam o bem estar dos indivíduos; os cidadãos (as) têm apenas um instrumento para controlar estas decisões: o voto. Não é possível controlar mil objetivos com um único instrumento. É, precisamente, a instituição e a experiência ineficaz dos mecanismos de prestação de contas que tem invalidado, em todos os países mais menos democratizados, a adição de outros tipos de responsabilidade, vertical e horizontal”. (O'DONNELL, 2004, p.24).

que tange as preferências dos cidadãos expressas, inicialmente, no período eleitoral. (O'DONNEL, 1998; CARREIRÃO, 2015).

Em termos conceituais, Golder e Stramski (2010) elucidam que a congruência possui diferentes definições, podendo assim, fazer referência a correspondência entre a posição do cidadão mediano e a posição dos formuladores de políticas em uma medida do discurso comum, tais como a escala esquerda-direita (POWELL, 2003); ao tipo de vínculo estabelecido entre representantes e eleitores, sendo esses, personalista, clientelista ou programático (OTERO-FELIPE; RODRÍGUEZ-ZEPEDA, 2010; 2015); ao grau que as preferências dos representantes coincidem com as dos cidadãos no que tange ao tipo de *issues* políticos (PAGE; SHAPIRO, 1983), a correspondência entre as preferência dos eleitores e as preferências dos representantes no que diz respeito às políticas públicas aprovadas (WLEZIEN; SOROKA, 2007).

A partir de tais definições é possível dividir os estudos sobre congruência nos seguintes grupos: a) estudos de *ideological congruence*, os quais mensuram as preferências dos eleitores, em geral usando uma escala esquerda-direita; b) estudos de *issue congruence*, esses analisam o grau de proximidade entre as preferências dos representantes e dos eleitores no que se refere a determinada questão; c) os estudos sobre *policy congruence*, esses objetivam compreender em que medida os parlamentares (no processo decisório legislativo) representam os eleitores no que tange as políticas públicas efetivamente aprovadas.

O quadro 1 tem por objetivo exemplificar alguns estudos sobre congruência, considerando as tipologias mencionadas acima.

**Quadro 1- Tipologias**

| <b>Abordagens</b>             | <b>Estudos sobre congruência</b>                                                                                                                                                              |
|-------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i>Ideological congruence</i> | Huber e Powell (1994), Powell (2000), Dalton (2008), Otero-Felipe e Rodríguez-Zepeda. Golder e Stramski (2010), Andeweg (2011), Budge et al. (2012), Achen (1978), Luna e Zechmeister (2005). |
| <i>Issue congruence</i>       | Miller e Stokes (1963), Achen (1977; 1978), Weisberg (1978), Herrera et al. (1992), Powell (2004).                                                                                            |
| <i>Policy congruence</i>      | Monroe (1998), Page e Shapiro (1983), Stimson, MacKuen, e Erikson's (1995), Wlezien e Soroka (2002).                                                                                          |

**Fonte: Elaborado pela autora**

Dando sequência ao que foi discutido nessa seção, as próximas têm como objetivo apresentar o debate sobre congruência entre as preferências políticas dos eleitores e as políticas públicas a partir dos estudos de Monroe (1979, 1998), Page e Shapiro (1983), Stimson, MacKuen e Erikson's (1995) e Wlezien e Soroka (2002). Busca-se também dissertar sobre a congruência ideológica entre a elite parlamentar e

os eleitores, para tanto, ter-se-á como subsídio teórico metodológico os trabalhos de Luna e Zechmeister (2005), Otero-Felipe e Rodríguez-Zepeda (2010), Otero-Felipe (2011), Wiesehomeier e Doyle (2014).

### **3. Congruência entre a opinião dos eleitores e as políticas públicas**

A proposta dessa seção é revisar os estudos sobre congruência entre os eleitores e as políticas públicas efetivas. A importância dessa discussão fundamenta-se na premissa de que a congruência entre opinião pública e dos representantes é, tanto, um princípio fundamental do sistema democrático, quanto, uma evidência da responsividade dos representantes com os cidadãos. (DAHL, 1997).

#### **3.1 Opinião pública e as mudanças na política: possíveis formas de mensuração**

Os estudos que analisam a relação entre as preferências dos cidadãos e as políticas públicas estão preocupados em responder se a opinião pública importa para os representantes (WLEZIEN; SOROKA, 2007), o efeito da opinião pública nas políticas públicas (PAGE; SHAPIRO, 1983), se o sistema político tem sido eficiente em transformar as preferências dos cidadãos em políticas ou apenas tem respondido parcialmente a essas demandas (STIMSON; MACKUEN; ERIKSON, 1995).

De acordo com Wlezien e Soroka (2007), há na literatura dois modelos analíticos que vão ao encontro das mencionadas questões. O primeiro tem como perspectiva a representação “diádica”. Nesses estudos a análise da temática ocorre a partir da comparação entre o comportamento do legislador (representante) e as preferências do seu eleitorado (*constituencie*) (MONROE, 1998; CARREIRÃO, 2015). A representação nesses trabalhos está no nível do eleitorado, e o resultado desse processo é o voto nominal por deputados (WLEZIEN; SOROKA, 2007). Dentre os estudos que se enquadram nesse modelo tem-se Miller e Stokes's (1963) e Erikson (1978).

Diferente dos estudos de representação “diádica”, o segundo modelo analítico fundamenta-se na ideia de representação coletiva. Assim sendo, busca-se analisar a relação entre o sistema político e as preferências dos cidadãos a nível agregado. Nesse modelo a política não é decorrente de um único legislador, mas da ação de um sistema composto por diversas instituições políticas (partidos políticos, Legislativo, Executivo). (MONROE, 1998; WLEZIEN; SOROKA, 2007). A título de exemplo seguem alguns estudos que condizem com esse modelo: Weissberg (1978), Monroe's, (1979; 1998), Page e Shapiro (1983), Stimson, MacKuen, e Erikson's (1995).

Além desses modelos analíticos, Wlezien e Soroka (2007) identificaram na literatura três diferentes abordagens sobre a relação entre opinião pública e as políticas públicas, a saber, (1) “consistência política” - *Policy consistency*, (2) “covariância política” - *Policy covariation* e (3) “congruência política” - *Policy congruence*. Tais abordagens buscam, em certa medida, mensurar o grau de convergência entre a opinião ou as preferências dos representantes e representados, contudo, as mesmas diferenciam-se pelas medidas e unidade de análise; o tipo de representação, podendo ser “diádica” ou coletiva; o objetivo de estabelecer, ou não, a causalidade entre a opinião pública e as políticas públicas; dentre outros fatores. (WLEZIEN; SOROKA, 2007).

O termo “consistência política” foi, segundo Wlezien e Soroka (2007), extraído de Monroe (1979, 1998) cujo trabalho tem por objetivo analisar em que medida as decisões políticas tomadas pelo governo dos EUA foram consistentes com as preferências da população americana no período de 1980 – 1993. A partir da concepção de representação dinâmica, a qual tem o tempo como unidade de análise, Monroe (1998) analisou séries temporais com o intuito de investigar as mudanças nas preferências dos cidadãos<sup>3</sup> e as variações nos *outcomes* de políticas públicas específicas do contexto americano, tais como Welfare States, Economia, Segurança Pública, Política Internacional, relação com União Soviética, Guerra do Golfo. . Dos resultados, o autor encontrou, dentre os 556 casos analisados no período entre 1981 a 1993, um índice de consistência entre as decisões do governo americano e as preferências da população de 55 por cento.

Já o modelo de covariância política consiste em analisar a opinião pública e as políticas públicas em dois pontos no tempo. Os estudos que utilizam essa abordagem examinam a opinião pública antes e depois dos períodos de mudanças para que assim seja analisado se são as mudanças na opinião pública que de fato precedem as políticas. (WLEZIEN; SOROKA, 2007). Nesse âmbito o estudo desenvolvido por Page e Shapiro (1983) é considerado pela literatura como de grande relevância. A pesquisa desses autores analisou mais de 300 políticas públicas nos Estados Unidos no período que se estende de 1935 a 1979. Tinha-se como objetivo compreender tanto se o comportamento dos congressistas era congruente com as mudanças da opinião pública, quanto se a política seguia as mudanças ocorridas na opinião pública ou se era a opinião pública que acompanhava as mudanças ocorridas nas políticas públicas. Page e Shapiro (1983) evidenciaram que questões de caráter liberal (questões de cunho moral e social, tais como pena de morte, legalização do aborto, garantia dos direitos individuais

---

<sup>3</sup> Foram utilizados dados de *surveys* nacionais: *American Public Opinion Index*; *American Public Opinion Data*; *Gallup Report*; *International Public Opinion*; *National Opinion Research Center*.

e civis) apresentaram níveis mais altos de congruência com as políticas públicas aprovadas pelo legislativo quando comparadas com questões de caráter conservador. Segundo os autores, esse resultado se justifica pelo fato de nos anos 1960 e 1970 o contexto americano ter sido marcado por uma tendência liberal.

Os estudos sobre congruência política têm como diretriz dois questionamentos, a saber: “Em que medida a produção de políticas públicas é congruente com as mudanças ocorridas na opinião pública? Em que medida a opinião pública reage às mudanças nas políticas públicas?” (WLEZIEN; SOROKA, 2007, p. 804). Essas questões exigem a análise de dados temporais para que seja observado de que maneira as mudanças na opinião pública e as mudanças na política se interagem ao longo do tempo. No âmbito dessa abordagem, importa mencionar os trabalhos desenvolvidos por Stimson, MacKuen e Erikson's (1995), e Wlezien e Soroka (2002).

Stimson, MacKuen e Erikson's (1995), desenvolveram o modelo dinâmico para analisar a opinião pública em três instituições políticas americanas, a saber, o Tribunal, a Casa branca e o Congresso. A partir do conceito de representação dinâmica os autores Stimson, MacKuen e Erikson's (1995), buscaram analisar: 1) se a opinião pública afeta o resultado das eleições; 2) se há alguma diferença entre o comportamento eleitoral dos liberais e dos conservadores; 3) se a política pública move em direção a opinião pública independentemente dos efeitos eleitorais (passado). No que se refere aos resultados, Stimson, MacKuen e Erikson's (1995) evidenciaram que as mudanças na opinião pública de fato influenciam a política pública nas três instituições federais analisadas (há variações no grau em que a opinião influencia a política e isso ocorre devido aos mecanismos utilizados pelas instituições para produzir reponsividade). Assim sendo, os autores concluem que nos Estados Unidos cada uma das instituições eleitorais traduz imediatamente a opinião pública. Ou seja, quando os políticos eleitorais sentem uma mudança nas preferências do público, eles agem de forma direta e efetiva para mudar a direção da política pública

Por fim, com o objetivo de analisar o quanto as políticas públicas federais norte-americanas, em níveis de gastos públicos, se ajustavam as preferências dos cidadãos por Wlezien e Soroka (2002) elaboraram o *Thermostatic Model*. Tais autores partem de dois pressupostos, o primeiro indica que o público percebe e responde às mudanças ocorridas na política, sinalizando, tanto, em que medida estão favoráveis as mesmas, quanto, o percurso que gostariam que a política seguisse. Já o segundo sugere que os *policymakers* respondem as mudanças ocorridas nas preferências políticas ao longo do tempo. Nesse modelo, o público se comporta como um termostato capaz de controlar as variações dos gastos públicos. Esse controle ocorre na medida em que o público adéqua suas preferências às mudanças ocorridas na política, ou seja, demandando

mais ou menos investimento público em resposta as decisões orçamentárias tomadas pelos *policymakers*. Tais pressuposto são confirmados por Wlezien e Soroka (2002) na medida em que os autores comparam os gastos da saúde, educação e transporte ao longo do tempo, a tendência no nível de gastos em ambas as políticas é positiva. Cabe esclarecer que as preferências por gastos em educação e construção de estradas movem-se de acordo com as condições econômicas do país, mensuradas a partir dos índices de desempregos e de inflação.

**Quadro 1 - Síntese dos modelos analisados**

| <b>Autor</b>                         | <b>Objetivo</b>                                                                                                                                                                                                                                                    | <b>Variáveis mobilizadas</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|--------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Monroe (1998)                        | Analisar a as mudanças nas preferências dos cidadãos e as variações nos <i>outcomes</i> de políticas públicas específicas do contexto americano.                                                                                                                   | - Preferências dos eleitores. Pergunta de referência: <i>“What do you think in the most important problem facing this county today?”</i> <sup>4</sup><br>- Políticas/ <i>Issues</i> : Assistência Social e Segurança social; Economia e trabalho/Impostos; Defesa/Projeto de serviço nacional; Política externa/Desenvolvimento de tropas e ajuda econômica; Direitos civis/Legislação; Energia e meio ambiente/Proteção ambiental; Reforma política e Campanha para reforma. |
| Page e Shapiro (1983)                | Analisar a relação entre as alterações na opinião pública e as políticas públicas.                                                                                                                                                                                 | - Preferências dos eleitores<br>- Voto do legislativo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| Stimson, MacKuen, e Erikson's (1995) | Analisar se a opinião pública afeta o resultado das eleições, se há alguma diferença entre o comportamento eleitoral dos liberais e dos conservadores, se a política pública move em direção à opinião pública independentemente dos efeitos eleitorais (passado). | - Preferência dos eleitores. Foi analisado o posicionamento ideológico das questões respondidas pelos eleitores em relação à política norte americana.<br>- Posição ideológica dos <i>policymaking</i> , os autores construíram múltiplos indicadores de atividade política para a Câmara, o Senado, a Presidência e Suprema Corte                                                                                                                                            |
| Wlezien e Soroka (2002)              | Analisar o quanto as políticas públicas federais norte-americanas, em níveis de gastos públicos, se ajustavam as preferências dos cidadãos                                                                                                                         | - Política preferida pelo público e o nível de política obtido; o partido que está no controle do governo; <i>outcomes</i> eleitorais.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |

**Fonte: Elaborado pela autora**

<sup>4</sup> Tradução livre: “Qual o problema mais importante do seu país?”

#### **4. Congruência ideológica entre os eleitores e os representantes**

A presente seção tem por objetivo dissertar, de maneira substantiva, três aspectos mencionados por Otero-Felipe (2011), a saber, a) unidades de análise, podendo ser a congruência entre as posições ideológicas ou programáticas entre eleitores e representantes (HUBER; POWELL, 1994, POWELL, 2009), a correspondência entre instituições representativas e atitude dos eleitores (WEISSBERG, 1978); b) medidas e indicadores, tais como, correlação entre opinião dos eleitores e da elite parlamentar (MILLER; STOKES, 1963), coeficiente de *Pearson* (WEISSBERG, 1978) e por fim, as dimensões dos estudos sobre congruência, como por exemplo, a congruência em torno de um conjunto de temas, considerando o espectro ideológico (OTERO-FELIPE, 2011; WIESEHMEIER; DOYLE, 2014).

##### **4.1 A agenda de pesquisa sobre congruência ideológica: revisão de estudos internacionais**

As pesquisas que se propõem a analisar a congruência ideológica entre as preferências e/ou atitudes dos cidadãos e dos representantes tem como objetivo compreender em que medida a elite parlamentar representa o eleitor mediano no espectro ideológico e/ou programático. Os estudos que integram esse grupo foram realizados por Huber e Powell (1994), Powell (2000), Dalton (2008), Otero-Felipe e Rodríguez-Zepeda (2010), Golder e Stramski (2010), Andeweg (2011), Budge *et al.* (2012), dentre outros.

A outra possibilidade de análise é mensurar o efeito da relevância de determinado tema, ou o seu potencial em se tornar uma questão política saliente, no grau de congruência entre representantes e representados. Parte-se do pressuposto de que políticas com maior destaque são, também, as mais importantes e visíveis para a opinião pública, sendo assim, espera-se que os representantes por estarem próximos do seu eleitorado responderá aos seus interesses (OTERO-FELIPE, 2011; PAGE; SHAPIRO, 1983).

No tocante a literatura sobre congruência, Otero-Felipe (2011) argumenta que apesar de tais estudos terem em comum a proposta de mensurar os vínculos representativos, os mesmos diferenciam-se por um conjunto de elementos, sendo eles, a unidade de análise, os indicadores e medidas utilizados para estimação, a fonte dos dados utilizados para o cálculo da congruência, o tipo de dados e questões analisados ou os fatores selecionados para explicar por que determinados sistemas políticos geram níveis mais altos de congruência do que outros, assim como, a própria definição de

representação e congruência. Na próxima seção daremos continuidade a essa discussão.

#### 4.1.1 Unidades de análise

A congruência ideológica tem sido analisada a partir de dois enfoques, o primeiro refere-se à representação do tipo coletiva e o segundo a representação do tipo individual ou diádica. (WLEZIEN; SOROKA, 2007, GOLDER; STRAMSKI, 2010; OTERO-FELIPE, 2011; CARREIRÃO, 2013). A primeira abordagem tem, em síntese, duas propostas, a saber: analisar o grau de congruência entre as instituições representativas, tal como o Congresso, e os eleitores (WEISSBERG, 1978;) ou a congruência entre os representantes e cidadão no espectro ideológico (WIESEHOMER; DOYLE, 2014).

Já os estudos com foco na representação individual ou diádica têm por objetivo mensurar o grau congruência entre as atitudes dos legisladores (em forma de voto) e os eleitores do distrito que foi eleito (MILLER; STOKES, 1963, ACHEN, 1978) ou, entre os partidos frente aos eleitores (DALTON, 1985). Nas palavras de Otero-Felipe (2011), tal modelo de análise se adequa ao contexto americano, onde o legislador, em detrimento dos partidos políticos, ocupa um papel central no processo representativo.

Os partidos políticos ganharam centralidade na discussão sobre representação do tipo coletiva e são tidos como fundamentais para compreender, por exemplo, as características do sistema eleitoral europeu (OTERO-FELIPE, 2011). As análises sobre congruência a partir dessa ótica subsidiam-se no paradigma do partido responsivo, o qual foi teorizado pelo Comitê da *American Political Science Association* - ASPA - (1950) e sintetizado por Thomassen (1994).

O modelo do partido responsivo parte de uma perspectiva dinâmica, onde os partidos se adequam as mudanças das preferências eleitorais. A eficiência dos partidos nesse caso está condicionada a sua capacidade de ser *accountable* e, sobretudo, de formular propostas as quais eles se comprometem a cumprir caso ganhem as eleições. (ASPA, 1950). À vista disso, os partidos disputam eleições com o objetivo de aplicar seus programas, os quais devem ser coerentes com as preferências políticas do seu eleitorado.

Um dos elementos centrais desse modelo é a diferenciação ideológica e programática dos partidos. Essa distinção, que pode ocorrer a partir da escala esquerda direita ou a partir das diferentes alternativas políticas apresentadas pelos representantes, é fundamental para que os eleitores se identifiquem com os partidos no período pré-eleitoral (MAINWARING; SCULLY, 1995) e, posteriormente, ao final do

mandato consiga ter clareza para avaliar o quão responsivo, representativo e congruente foram os representantes.

O processo de responsabilização possui dois atores principais, os eleitores que são responsáveis por monitorar e demandar a prestação de contas por parte daqueles que os representam (O'DONNELL, 2003; 2013) e, tão importante quanto, os partidos políticos que devem exercer a função que lhe foram designadas, a saber, reconhecer as preferências políticas dos eleitores, transformá-las em *issues* (TORCAL, 2015), e, por conseguinte, prestarem conta do seu desempenho vis-à-vis as propostas iniciais.

Como assinalado previamente, o papel dos eleitores enquanto partícipes do processo de responsabilização é compreendido por O'Donnell (1998) como *accountability* vertical, o qual é definido como um conjunto de ações individuais e/ou organizadas de forma coletiva destinadas a avaliar os representantes. Assim sendo, por meio do voto os eleitores avaliam a responsividade de seus representantes no que tange aos resultados ofertados, tais como, a formulação de políticas públicas e, por conseguinte, recompensam-no por meio da reeleição ou puni-lo através da escolha de outro candidatos/partidos. (SMULOVITZ; PERRUZZOTTI, 2002; MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 1999).

Entretanto, cabe evidenciar que o voto, resultante da existência de eleições limpas e institucionalizadas, é compreendido como um mecanismo limitado. (MANIN, PRZEWORSKI, STOKES; 2006). Esta insuficiência justifica-se por três pressupostos, a saber: a) o poder dos eleitores em julgar o resultado dos governantes é restrito, tendo em vista a própria natureza inadequada do voto como mecanismo de controle; b) os cidadãos não podem coordenar a orientação do seu voto, já que dada descentralização das ações dos governantes não há como determinar se certos resultados tenderiam em um sentido prospectivo ou retrospectivo, por fim; c) o déficit informacional dos cidadãos sobre a ação dos seus representantes reduz sua capacidade em avaliar o desempenho dos mesmos. (SMULOVITZ; PERRUZZOTTI, 2000).

Já capacidade dos partidos em responsabilizarem-se por suas decisões está condicionada a um conjunto de fatores, dentre eles, a tipologia dos sistemas partidários. (POWELL, 2000). Powell (2000) afirma que a variação no desenho institucional influencia o potencial de responsabilização eleitoral (*electoral accountability*). Segundo tal autor, o princípio majoritário pressupõe a concentração de poder em poucos agentes, tal característica, tanto, possibilita maior clareza das responsabilidades que foram designadas aos representantes, como facilita o exercício do controle por parte dos cidadãos através do voto retrospectivo.

Para Otero-Felipe (2011) o modelo do partido responsivo apresenta uma série de limitações, dentre elas, o fato de desconsiderar o efeito negativo da assimetria de

informação entre representantes e eleitores no processo de responsividade, o tipo de vínculo que os partidos estabelecem com o seu eleitorado e a efetividade desses no processo eleitoral, assim como, os diferentes condicionantes do voto. Mesmo com tais fragilidades, a autora elucida que a importância do modelo do partido responsivo justifica-se por permitir analisar a relação dos eleitores e dos partidos de representação de forma sistêmica.

No quadro abaixo sintetizamos a discussão apresentada nessa subseção.

**Quadro 2 – Síntese das possíveis formas de analisar a congruência ideológica**

| <b>Enfoques</b>                                                                                              | <b>Trabalhos</b>                                         |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|
| <b>Representação do tipo coletiva</b>                                                                        |                                                          |
| Congruência entre as instituições representativas.                                                           | Weissberg (1978)                                         |
| Congruência entre os representantes e cidadão no espectro ideológico.                                        | Wiesehomeier e Doyle (2014)<br>Luna e Zechmeister (2005) |
| <b>Representação do tipo individual ou diádica.</b>                                                          |                                                          |
| Congruência entre as atitudes dos legisladores (em forma de voto) e os eleitores do distrito que foi eleito. | Miller e Stokes (1963)<br>Achen (1978)                   |
| Congruência entre partidos e eleitores.                                                                      | Wiesehomeier e Doyle (2014)                              |

**Fonte: Elaborado pela autora**

#### 4.1.2 Medidas

A análise empírica dos vínculos entre representantes e representados abrange um vasto e diversificado número de estudos, os quais diferenciam-se tanto na conceituação, quanto na operacionalização da congruência. O trabalho de Miller e Stokes (1983) é pioneiro em propor medir a congruência a partir da correlação entre a opinião dos eleitores e dos representantes, estabelecendo que quando maior o coeficiente de correlação, maior o grau de congruência. Essa forma de mensurar a representação por meio do coeficiente de Person, também foi utilizada por Weissberg, (1978), Barnes (1977), Farah (1980), dentre outros autores. (OTERO-FELIPE, 2011).

A principal debilidade de tais estudos é, segundo Achen (1978), o fato dos mesmos não tornarem evidente qual aspecto da representatividade as medidas correlacionais tem captado. Para o autor, a opinião da elite política pode correlacionar-se fortemente com as dos cidadãos, ainda que os representantes estejam distantes dos seus eleitores. À vista disso, o autor propôs, a partir dos dados de Miller e Stokes (1983) sobre os congressistas americanos, três medidas de representatividade, a saber, proximidade, centrismo e responsividade.

A medida de proximidade indica se os partidos detêm posições políticas ou ideológicas próximas da posição dos seus eleitores. Para construção dessa medida Achen (1978) considerou o quadrado da diferença das médias das posições ideológicas

dos eleitores e dos representantes, assim quanto menor a distância entre constituintes e congressistas maior a representatividade. Já o centrismo é um índice do desempenho do representante, conseqüentemente, mensura o quanto os partidos representam as preferências políticas do eleitor médio no que se refere às posições ideológicas. Esse índice é calculado por meio da diferença entre a proximidade encontrada e a variância (dispersão) da opinião dos eleitores, quanto menor esse índice, mais próximo os legisladores estão do seu círculo eleitoral.

Por fim, a medida de responsividade identifica o quanto as posições ideológicas dos eleitores influenciam nas atitudes de seus representantes. Para essa medida estima-se os coeficientes de regressão, onde  $\alpha$  é a posição esperada do representante quando a opinião do eleitorado é igual a zero, e  $\beta$  é a mudança esperada na opinião do representante quando há mudança na opinião do eleitorado. O declive de  $\beta$  representa a taxa dos partidos que respondem as mudanças na opinião dos eleitores, ou seja,  $\beta = 1$  significa que proporcionalmente os partidos se ajustam as alterações da média da orientação ideológica dos eleitores. Sobre os coeficientes de regressão, Achen (1978) elucida que os valores abaixo ou acima de um (1) representam, respectivamente, a lentidão ou a velocidade que os representantes se ajustam as mudanças ocorrida na opinião pública. Finalmente, para o autor uma representação ideal seria aquela em que  $\alpha = 0$  e  $\beta = 1$ , nesse caso os representantes seriam capazes de prever as mudanças ocorridas na opinião dos eleitores.

A metodologia proposta por Achen (1987) é, segundo Otero-Felipe (2011), a mais completa no que tange a mensuração da congruência, ainda assim, poucos são os trabalhos que aplicam ou adaptam tal modelo. Dentre os estudos que assim fizeram cabe citarmos o desenvolvido por Luna e Zechmeister (2005), esse tem como proposta analisar a congruência ideológica entre a elite e a opinião pública e, de maneira específica, a variação dos níveis de representação em nove países da América Latina: Chile, Uruguai, Argentina, Colômbia, Brasil, Bolívia, México, Costa Rica, Equador. No âmbito desse estudo os autores formularam as seguintes hipóteses: a) os níveis de representação serão maiores naqueles sistemas com elevados níveis de institucionalização; b) certas regras eleitorais podem aumentar a probabilidade de fragmentação do sistema partidário e fornecer incentivos para a promoção do personalismo; c) quanto maior a força da esquerda e da presença de organizações políticas, maior será a promoção de ligações horizontais entre partidos e leitores; d) altos níveis de pobreza e desigualdade somados a baixos níveis educacionais estão, negativamente, associados a baixos níveis de representação.

Para mensurar o grau de congruência entre os legisladores e os cidadãos, Luna e Zechmeister (2005) analisaram os dados referentes às elites parlamentares da

América Latina, Projeto “Elite Parlamentar Latinoamericana” (PELA) coordenado por Sáez (1997), e a opinião pública, Latinobarómetro (2002). A princípio, os autores agruparam onze *issues*, em cinco dimensões, a saber, econômica, investimento estrangeiro, religião, regime, leis/ordens e boa governança.

A primeira etapa dessa pesquisa consistiu em mensurar o nível de congruência entre os eleitores dos partidos e a elite parlamentar. Para tanto, Luna e Zechmeister (2005) analisaram a correlação entre a posição média de tais atores no que tange aos onze *issues*. Já na segunda etapa mensurou-se a congruência interna de cada grupo (eleitores, elite), a partir da análise de variância (ANOVAs). A combinação dos resultados dessas medidas resultou em doze tipologias que, segundo os autores, indicariam a qualidade da representação nos países contemplados pela pesquisa.

À guisa de concluir, Luna e Zechmeister (2005) evidenciaram que os eleitores dos nove países analisados conhecem suas preferências, E os partidos oferecem escolhas claras e distintas, o que permite aos eleitores conectarem-se às bases ideológicas e programáticas que tendem melhor representá-los. A hipótese de que países com legados de competição partidária, sistema partidário institucionalizado e desenvolvimento socioeconômico foi confirmada. Nesse escopo, encontram-se Chile e Uruguai, países com os níveis mais altos de representação política. Em contraposição, na outra extremidade da escala, encontram-se Bolívia e Equador, caracterizados pelos menores índices de desenvolvimento político e socioeconômico e por sistemas com baixa representatividade. Outra hipótese confirmada foi a de que os partidos de esquerda proporcionam aos seus eleitores níveis mais elevados de representação por mandato, contudo, os próprios autores sugerem uma análise intra-sistêmico para analisar a variância do nível de congruência entre os partidos.

## **5. Uma proposta de agenda para o caso brasileiro**

As análises sobre congruência no Brasil normalmente buscam medir o grau de convergência das opiniões de um grupo, seja ele de eleitores ou da elite parlamentar, acerca de diversas temáticas. A título de exemplo, dos estudos sobre a opinião pública brasileira destaca-se o de Cervi (2006), o qual analisou séries históricas sobre as atitudes dos cidadãos, manifestadas em pesquisas de opinião pública, relacionadas a área social, política e econômica ao longo de 25 anos (1980-2005). Já em relação aos estudos que buscam medir a opinião dos membros do Congresso Nacional importa citar o seminal trabalho organizado por Power e Zucco Jr. (2011), que reúne um conjunto de artigos com a análise das seis edições da Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB) em diferentes perspectivas.

Nesse contexto, há poucos estudos que dedicam-se a análise da congruência entre as preferências dos eleitores e dos representantes no caso brasileiro. Dentre os trabalhos existentes, cabe mencionar o desenvolvido por Carreirão e Melo (2014) que propôs mensurar o grau de congruência entre as políticas aprovadas pela Assembleia Nacional Constituinte (ANC – 1987-1988) e as preferências dos cidadãos, expressas em pesquisas de opinião sobre as questões institucionais, trabalhistas, econômicas, financeiras e morais, realizadas no mencionado período. Já o trabalho de Carreirão, Silva e Bastiani (2017) teve como objetivo analisar em que medida há congruência entre a opinião pública e as políticas públicas efetivamente aprovadas pelos representantes nas áreas da saúde, da educação, do trabalho, da assistência social e da segurança pública.

Em uma perspectiva diferente das mencionadas acima, Moreira (2018) buscou analisar a congruência entre a opinião pública e gastos públicos federais no Brasil nas áreas da saúde, da educação, defesa, aposentadoria e programas sociais a partir do *Thermostatic Model*, modelo elaborado por Wlezien e Soroka (2007). Para subsidiar essa análise, a autora considerou tanto os dados sobre opinião pública disponíveis no Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), de 2014, quanto os dados sobre orçamento público no período que se estende de 2007 a 2017, disponíveis na plataforma SIGA Brasil.

Um problema comum nos trabalhos de Carreirão e Melo (2014), Carreirão, Silva e Bastiani (2017) e Moreira (2018) é o fato de ambos os autores terem mencionado a limitação de dados referente às preferências dos eleitores e da elite parlamentar e, em especial, “à ausência de séries históricas de *surveys* com perguntas semelhantes feitas a esses dois públicos” (CARREIRÃO, 2014, p.19). Outras questões que não foram mencionadas pelos autores, mas que devem ser consideradas por aqueles que optarem por estudar a congruência entre os posicionamentos dos eleitores e representantes no espectro ideológico é a hipótese de que os cidadãos podem não compreender tal escala de forma substantiva (CARREIRÃO, 2014), e o fato de que os parlamentares, apesar de reconhecerem uma estrutura ideológica, têm preferências e comportamentos distintos de tal estrutura (JUCCO JR., 2011).

Diante disso, propor uma agenda de pesquisa sobre congruência entre a opinião pública e os representantes, no âmbito das políticas públicas efetivadas ou do espectro ideológico no Brasil é bastante desafiador. Ainda assim, com as ressalvas mencionadas, é possível apontar alguns caminhos promissores para analisar o caso brasileiro para além dos já mencionados por Carreirão (2014; 2015). A primeira proposta refere-se à possibilidade de replicar a medida do Golder e Stramski (2013) analisando as mudanças ocorridas nos *issues* a partir de uma perspectiva temporal, uma vez que outros trabalhos, tais como Gonzáles (2013) Boas e Smith (2017), não consideraram o

elemento tempo em sua análise. Outra agenda de pesquisa seria analisar a opinião dos eleitores e dos parlamentares sobre determinado *issue*, como por exemplo as cotas, antes e após a implementação de leis e políticas públicas para mensurar se houve mudanças na opinião de tais grupos. Caso tenham ocorrido mudanças, importa questionar se o sentido das mesmas favorece a congruência e se condiz com os valores democráticos.

## REFERÊNCIA

ACHEN, Christopher H. 1977. "Measuring Representation: Perils of the correlation coefficient". ***American Journal of Political Science***, vol. XXI, nº 4: 805-815.

ACHEN, Christopher H. 1978. Measuring Representation. ***American Journal of Political Science***, XXII, nº 3: 475-510.

ANDEWEG, Rudy B. 2011. Approaching Perfect Policy Congruence: Measurement, Development, and Relevance for Political Representation. In ***How Democracy Works: Political Representation and Policy Congruence in Modern Societies***, eds. Rosema, Martin, Deters, Bas, and Aarts, Kees. Amsterdam: Pallas Publications, 39-52.

BARNES, Samuel. 1977. **Representation in Italy**: Institutionalized Tradition and Electoral Choice. Chicago: University of Chicago Press.

BUDGE, I et al. Organizing democratic choice. Party representation over time. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BOAS, C.Taylor; SMITH, Amy Erica. Look like me, thinks like me: Descriptive representation and opinion congruence in Brazil. ***Latin American Research Review***. November, 2017.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Representação política como "congruência": uma revisão dos estudos empíricos na literatura internacional. **37º Encontro Anual da ANPOCS**. Águas de Lindóia – 23 a 27/09/2013. Seminário temático 4 – Comportamento Político.

CARREIRÃO, Yan de Souza; MELO, Débora Josiane de Carvalho. Representação política na Assembleia Nacional Constituinte (1987-88): congruência entre preferências dos cidadãos e políticas aprovadas na Constituição. **Revista Teoria e Pesquisa**. Dossiê Partidos políticos, eleições e comportamento político-eleitoral no Brasil, 2014.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Representação política como congruência entre as preferências dos cidadãos e as políticas públicas: uma revisão da literatura internacional. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, v. 21, n. 2, agosto, 2015.

CARREIRÃO, Yan de Souza; SILVA, Peterson; BASTIANI, Maria Tereza de. Congruência entre políticas públicas e opinião dos eleitores no Brasil pós-Constituinte. Uma análise relativa às políticas sociais e de segurança pública. **41º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu (MG) – 23 a 27/10/2017. GT 5 – Comportamento, Opinião pública e cultura política.

CERVI, Emerson Urizzi. **Opinião Pública e Política no Brasil**: o que o brasileiro pensa sobre política e porque isso interessa à democracia. 2006. 359f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro, 2006.

DAHL, Robert. **Polyarchy**: Participation and Opposition. New Haven: Yale Univ Press, 1997.

DALTON, Russell J. «Political Parties and Political Representation. Party Supporters and Party Elites in Nine Nations.» **Comparative Political Studies**, nº 18 (Outubre 1985): 267-299.

DALTON, Russell J. **Citizen Politics**: Public Opinion and Political Parties in Advanced Industrial Democracies. Washington DC, CQ Press, 2008.

ERIKSON, Robert. Constituency Opinion and Congressional Behavior: A Reexamination of the Miller-Stokes Representation Data. **American Journal of Political Science**, Michigan, v. 3, n. 22, p. 511-535, 1978.

FARAH, Barbara G. 1980. Political Representation in West Germany: The Institution and Maintenance of Mass-Elite Linkages. Tesis doctoral, Universidad de Michigan.

GONZÁLEZ, Margarita Corral. **Uneven representation? analysis of democratic responsiveness in Latin America**. Dissertation Submitted to the Faculty of the Graduate School of Vanderbilt University in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy in Political Science. 221 pgs. December 2013, Nashville, Tennessee.

GOLDER, M.; STRAMSKI, J. Ideological congruence and electoral institutions. **American Journal of Political Science**, Michigan, n 54, p. 90-106, 2010.

HERRERA, Cheryl Lyn, Richard Herrera y Eric Smith. 1992. "Public Opinion and Congressional Representation". *Public Opinion Quarterly*, vol. 56: 185-205.

HUBER, John y G. Bingham Powell Jr. Congruence between Citizens and Policymakers in Two Visions of Liberal Democracy. **World Politics**, Cambridge, n. 46, p. 291-326, 1994.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Responsividade e qualidade da democracia: eleitores e representantes no nível federal. In: **Estado, instituições e democracia**: democracia. Brasília, livro 9, v. 2, p.556, 2010.

LUNA, Juan Pablo; ZECHMEISTER, Elizabeth J. Political representation. In Latin America: A Study of Elite-Mass Congruence in Nine Countries. **Comparative political studies**, Vol. 38 No. 4, May 2005 388-416.

MAINWARING, S.; SCULLY, T. (Eds.). (1995). **Building democratic institutions**: Party systems in Latin America. Stanford, CA: Stanford University Press

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C **Democracy, Accountability, and representation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 1-54.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. **Eleições e representação**. Lua Nova, São Paulo, 67: 105 – 138, 2006.

MARTÍNEZ, María Antonia. 2004. La representación política y la calidad de la democracia. **Revista Mexicana de Sociología**, México, v. 66, n. 4, p 661-710.

MILLER, Warren E. y Donald Stokes. Constituency Influence in Congress. **American Political Science Review**, Cambridge, n. 57, p. 45-56, 1963.

MONROE, A. Consistency between constituency preferences and national policy decisions. **American Politics Quarterly**, n 12, p. 3-19, 1979.

MONROE, A. Public opinion and public policy 1980–1993. **Public Opinion Quarterly**, n. 62, p 6–28, 1998.

MOREIRA, Tábata Christie Freitas. Opinião pública e políticas públicas no Brasil: Uma abordagem metodológica a partir do *Thermostatic Model*. In. Veiga, Luciana Fernandes; Ribeiro, Ednaldo Aparecido; Gimenes, Éder Rodrigo (Orgs). **Comportamento político e opinião pública: estudos sobre Brasil e América Latina** – Curitiba: CPOP, 2018.

NORRIS, P. **Critical citizens**: global support for democratic government. Cambridge: Oxford University Press, 1999.

O'DONNELL, Guillermo. **Poliarquias e a (in)efetividade da lei na América Latina**. NOVOS ESTUDOS N.º 51; JULHO DE 1998.

O'DONNELL, Guillermo. Horizontal accountability: the legal institutionalization of mistrust. In: MAINWARING, Scott; WELMA, Christopher (eds.). Democratic accountability in Latin America. Oxford: **Oxford University Press** (Oxford Studies in Democratization). 2003.

O'DONNELL, Guilherme. Democracia, desenvolvimento humano e direitos humanos. **REVISTA DEBATES**, Porto Alegre, v.7, n.1, p.15-114, jan.-abr. 2013

OTERO-FELIPE, Patricia y Juan Antonio Rodríguez Zepeda. 2010. “**Measuring Political Representation in Latin America**: A Study of the Ideological Congruence between Parties and Voters”. Trabajo presentado en *American Political Science Association Annual National Conference (APSA)*, Washington, 1-4 de septiembre.

OTERO-FELIPE; RODRÍGUEZ-ZEPEDA. El papel de la ideología en los partidos latino americanos. **Revista Latinoamericana de política comparada**, CELAEP, v.9. Enero, 2015

OTERO FELIPE, P. **Congruencia ideológica e Integración europea**: un análisis de los vínculos entre votantes y partidos en Europa. 2011. 353f. Tesis Doctoral - Programa Procesos Políticos Contemporáneos, Departamento de Derecho Público General, Universidad de Salamanca, España, 2011.

PAGE, B. I; SHAPIRO, R. Y. Effects of public opinion on policy. **American Political Science Review**, Cambridge, v. 77, p. 175–90, 1983.

PAGE, Benjamim; SHAPIRO, Robert. *The Rational Public*. Chicago: Chicago University Press, 1992.

PITKIN, H. **The concept of representation**. Berkeley: University of California Press, 1965.

PITKIN, H. Representação: palavras, instituições e ideias. **Lua Nova**, São Paulo, n 67, p. 15-47, 2006.

PRZEWORSKI, Adam, Democracia y representación. Revista Reforma y Democracia, Caracas, nº10, p.7-44, 1998.

POWELL, G. B. **Elections as instruments of democracy**: majoritarian and proportional visions. New Haven/Londres, Yale University Press, 2000

POWELL, G. Bingham. **On Democratic Responsiveness**. University of Rochester. The Quality of Democracy: Improvement or Subversion?" Conference, October 10,11, 2003. Stanford University.

POWELL, G. Bingham. The chain of responsiveness. In: DIAMOND, L.; MORLINO, L. **Assessing the quality of democracy**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2004.

POWELL, 2009. [The ideological congruence controversy: The impact of alternative measures, data, and time periods on the effects of election rules](https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0014180109344444). **G Bingham Powell Jr** - Comparative Political Studies, **2009** - journals.sagepub.com.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SARTORI, G. "En defensa de la representación política". **Claves de la Razón Práctica**, v. 91, p.2-6, 1999.

SMULOVITZ, Catalina; PERUZZOTTI, Enrique. Societal Accountability in Latin America: **Journal of Democracy**, v. 11, n. 4, 2000a.

SMULOVITZ, Catalina PERUZZOTTI, Enrique. Institutions, Accountability and Democratic Governance in Latin America. In: **The Helen Kellogg Institute for International Studies University of Notre Dame**, p.8-9, May, 2000b.

SMULOVITZ, Catalina; PERUZZOTTI, Enrique. Held to Account: Experiences of Social Accountability in **Latin America. Journal of Human Development**, Vol. 3, No. 2, 2002.

STIMSON, J. A.; MACKUEN, M. B.; ERIKSON, R. S. Dynamic representation. **American Political Science Review**, Cambridge, v. 89, p.543-65, 1995.

THOMASSEN, J. Empirical research into political representation: Failing democracy or failing models? In: M.K. Jennings and T.E. Mann (Eds.). **Elections at home and abroad: Essays in honour of Warren E. Miller**. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, p. 237–264. 1994

TORCAL, Mariano (2015). "Institucionalización de sistemas de partidos: conceptos, medición, procesos y consecuencias" e "Conclusiones tentativas y una futura agenda de investigación". In: Torcal, Mariano (org.). **Sistemas de partidos en América Latina – causas y consecuencias de su equilibrio inestable**. Anthropos Editorial, 2015.

ZUCCO, Cesar. Esquerda, direita e governo: A ideologia dos partidos políticos brasileiros. In. O congresso por ele mesmo: Autopercepções da classe política brasileira. Org. Power, Timothy; Jr. ZUCCO, Cesar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

WEISSBERG, Robert. Collective vs. Dyadic Representation in Congress. **American Political Science Review**, v. 72, p. 535-547, 1978.

WIESEHOMER, Nina; DAVID Doyle (2014). 'Profiling the Electorate: Ideology and Attitudes of Right-wing Voters.' In: Juan Pablo Luna and Cristóbal Rovira-Kaltwasser (eds.), **The Resilience of the Latin America Right**, John Hopkins University Press, pp.48-74

WLEZIEN, C. The public as thermostat: dynamics of preferences for spending. **American Journal of Political Science**, Michigan, v. 39, p. 981-1000, 1995.

WLEZIEN, Christopher; SOROKA, Stuart. **Opinion-Policy Dynamics**: Public Preferences and public expenditure in the United Kingdom, British Journal of Policy Science, 2002.

WLEZIEN, Christopher; SOROKA, Stuart n. THE RELATIONSHIP BETWEEN PUBLIC OPINION AND POLICY. In. Dalton, Russell J; KLINGEMANN, Hans-Dieter. **Oxford handbook of political behavior**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2007.